CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS EM CONTEXTO DE PANDEMIA E PERSPECTIVAS PÓS-PANDÊMICAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: ENTRE AMEAÇAS DE REMOÇÃO E RESISTÊNCIAS

Matheus Henrique da Silva Martins

Profa. Dra. Raquel Rolnik

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

matheushenrique@usp.br

Objetivos

Esta pesquisa se insere no Observatório de Remoções (OR), projeto de pesquisa-ação desenvolvido no LabCidade desde 2012, em parceria com outros laboratórios de universidades do país. Seu objetivo central consiste no mapeamento e análise de dados relativos a ameaças de remoção, remoções e despejos em territórios populares da Região Metropolitana de São Paulo, com ênfase específica na relação entre esses processos e a pandemia de COVID-19. Procura assim contribuir com a visibilização de um fenômeno que atinge milhares de famílias que além de estar em situações de insegurança habitacional são muitas vezes submetidas a várias violências, que reiteram e aprofundam desigualdades. Para atingir esses objetivos, o projeto combina métodos qualitativos e quantitativos, em diferentes escalas de mapeamento e análise.

Métodos e Procedimentos

Desde sua criação, o OR tem testado várias metodologias de mapeamento que foram aperfeiçoadas através dos anos de desenvolvimento do Observatório. Nesta pesquisa em específico, trabalhamos com duas delas, o mapeamento colaborativo e sua leitura trimestral e a raspagem de dados do Banco de Sentenças do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

No mapeamento colaborativo mapeamos ameaças de remoção, remoções e incêndios, por meio (1) do formulário de denúncia disponível no site do OR; (2) de denúncias de movimentos sociais e entidades em defesa do direito à moradia; (3) de clipping matérias jornalísticas; e (4) de dados oficiais disponíveis em portais do poder público, relatório de projetos, editais de concessão ou chamadas para Parcerias Público-Privadas. Em função da natureza das fontes, o levantamento não tem uma precisão quantitativa.

A raspagem de dados é feita por meio de web scraping, utilizando o software Portas, desenvolvido por pesquisadores do LabCidade. Por ele, mineramos dados de sentenças em casos de conflitos de aluguel e de posse do Banco de Sentenças do TJSP. Apesar de possuir limitações, os dados obtidos permitem uma análise quantitativa dos conflitos judicializados.

Os dados obtidos por meio de ambos os métodos foram filtrados e utilizados para a criação de gráficos e mapas – nos casos em que foi possível fazer o georreferenciamento.

Resultados

Por meio da análise temporal da oscilação das sentenças favoráveis ao proprietário em conflitos de aluguel e de posse (figura 1), foi possível notar que os marcos jurídicos que suspenderam despejos e remoções durante a pandemia de COVID-19, principalmente a ADPF nº 828 do Supremo Tribunal Federal, não tiveram efeito significativo sobre os despejos e remoções em curso na região metropolitana de São Paulo.

Por meio do georreferenciamento e da territorialização das sentenças, foi possível verificar como os despejos concentram-se em frentes de valorização imobiliária, sobretudo no centro de São Paulo, onde se verificou uma intensa presença de novos lançamentos (figura 2). Esta leitura é corroborada pela territorialização do mapeamento colaborativo, que também revelou uma concentração de conflitos no centro, principalmente de ameaças de remoção. Também verificamos que no período houve uma escalada da violência policial incidente principalmente sobre as ocupações. Essas análises reafirmam o centro como um dos lócus de disputa fundiária intensa, que também se manifesta na miríade de projetos e legislações urbanísticas propostas pela prefeitura que incidem sobre o local. A totalidade dos dados e análises estão disponíveis no site do LabCidade.

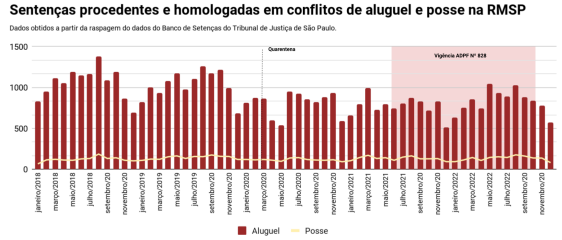

Figura 1: Gráfico de evolução das sentenças procedentes e homologadas em conflitos de aluguel e posse na RMSP entre 2018 e 2022. Dados: TJSP. Elaboração: Matheus Martins.

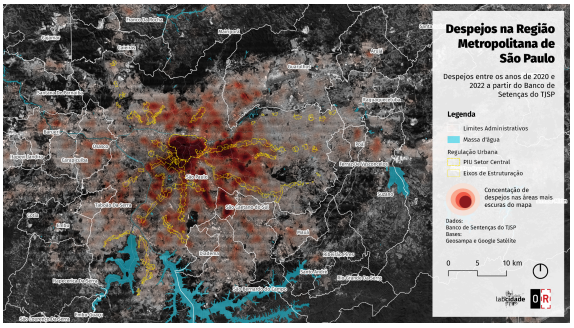

Figura 2: Mapa de calor da concentração de despejos na Região Metropolitana de São Paulo. Dados: TJSP. Elaboração: Matheus Martins.

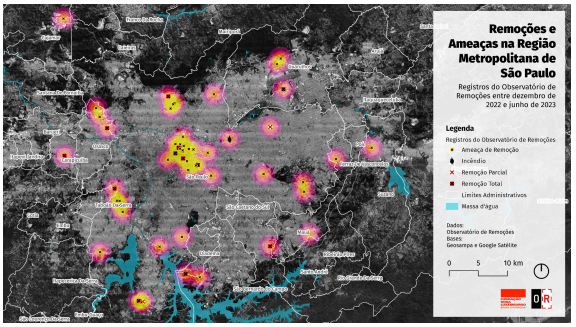

Figura 3: Mapa de remoções e ameças registradas entre 12/2022 e 06/2023. Fonte: Observatório de Remoções. Elaboração: Matheus Martins.

Conclusões

As análises permitem afirmar que a suspensão legal de desocupações e despejos pouco interferiu na máquina de remoções em curso na RMSP. A leitura territorial desses processos nos leva a sustentar a hipótese de que isso ocorreu devido à intensa dinâmica imobiliária que ocorreu durante este período, sobretudo no município de São Paulo que, por sua vez, foi incentivada pelo Plano Diretor e vários projetos urbanísticos (PIUs e PPPs) que apostam na reestruturação urbana mediante ação do mercado imobiliário e por uma política habitacional baseada no financiamento e incentivo à produção de novas unidades habitacionais também pelo mercado. A combinação destes processo com a perda de renda e emprego dos estratos mais baixos da população aumentou a situação de insegurança habitacional na capital paulistana, o que se revela por exemplo, no aumento vertiginoso de população moradora nas ruas.

Referências

MOREIRA, F. A.; ROLNIK, R.; SANTORO, P. F. (orgs.). *Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares: Observatório de Remoções: relatório bianual 2019-2020*. São Paulo, 2020.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares*. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.